

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS PRINCIPAIS TENDÊNCIAS DA GEOGRAFIA URBANA

Rhalf Magalhães BRAGA

Mestre em Geografia pela Universidade Federal Fluminense

Rua Lara Vilela, 166/501 – São Domingos – Niterói – RJ

CEP: 24210-590

Rua Idalino Coelho Ornellas, 30 – Bairro Niterói – Itaperuna – RJ

CEP: 28300-000

E-mail: rhalfbraga@yahoo.com.br

RESUMO: O objetivo deste artigo é contribuir com uma revisão bibliográfica sobre a Geografia Urbana e assim enriquecer de alguma forma o debate sobre este tema. Na abordagem da Geografia Urbana Tradicional percebemos uma tendência para as descrições e ênfase na função urbana. A abordagem marxista/radical privilegia as desigualdades espaciais provocadas pelo capitalismo e a segregação sócio-espacial. As tendências mais recentes apontam para a escala local/regional, as tecnologias da informação e possuem elementos das vertentes anteriores.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia Urbana Tradicional; Geografia Urbana Marxista; Tendências Atuais.

ABSTRACT: The objective of this article is to contribute with a bibliographical review about Urban Geography and give some light on the debate of urban studies. On the traditional perspective of Urban Geography we perceive a tendency to descriptions and emphasis on the urban function. On the Marxist/Radical perspective of Urban Geography we see mostly the space inequalities of capitalism and the social-space segregation. Recent contributions focus on local/regional scale, informational technologies and incorporate some elements from the others perspectives.

KEYWORDS: Traditional Urban Geography; Marxist Urban Geography; Recent Perspectives.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo trazer à pauta a abordagem geográfica sobre o fenômeno urbano e o seu coroamento que é a cidade.

A idéia é discutir alguns autores das chamadas “escolas do pensamento geográfico” de cunho tradicional, marxista/radical e algumas contribuições recentes de modo a contribuir com uma revisão bibliográfica sobre o tema. Estas considerações são fruto de um trabalho final para a disciplina “Dinâmica Interna das Cidades”, ministrada pelo professor Dr. Nelson Nóbrega Fernandes para o Mestrado em Geografia da Universidade Federal Fluminense no ano de 2004.

A ABORDAGEM TRADICIONAL NOS ESTUDOS DE GEOGRAFIA URBANA

É posição corrente afirmar que a Geografia institucionalizada surgiu na segunda metade do século XIX na Europa, sobretudo Alemanha e França. Considera-se igualmente que a partir desse momento até meados do século XX predominou a abordagem tradicional em Geografia. A escola francesa era de caráter *idiográfico*, buscando a síntese regional através das diferentes paisagens. A escola alemã, mais antiga, valorizava o *nomotético*, o todo, o “cosmos”, de modo a estudar o espaço terrestre em seu conjunto.

Esta vertente tem como característica básica a descrição do planeta Terra (espaço geográfico) e caberia à Geografia promover uma síntese que pudesse servir às outras ciências.

Os elementos que definem uma cidade, segundo a Geografia Urbana Tradicional, são o predomínio de certas atividades (indústria e serviços), concentração de *habitat* e número de habitantes. Destacam-se autores pioneiros como F. Ratzel e Vidal de La Blache e também Otto Schlüter, K. Hassert, R. Blanchard, Max Sorre, Pierre George, Jean Tricart, entre outros.

É importante destacar a importância do sociólogo E. Burgess e da Escola de Ecologia Humana de Chicago para os estudos urbanos nos anos 1920 e 1930. Segundo esta escola, há uma relação ecológica entre homem e natureza onde o homem tenta se adaptar ao meio natural. O objetivo é estudar a relação homem-meio e sua luta pelo espaço, dando ênfase à morfologia urbana e sua evolução histórica a partir do crescimento em etapas. A noção de *centralidade* é fundamental: ocorrem mudanças na organização sócio-espacial e processos de metabolismo a partir do centro de negócios e em consequência tem-se a expansão urbana. O núcleo se desdobra em anéis consecutivos e diferenciados que se definem pela homogeneidade dos usos e composição populacional.

Em artigo intitulado *O crescimento da cidade: introdução a um projeto de pesquisa*, originalmente publicado em 1925, Burgess delinea um caminho teórico-metodológico que influenciaria diversos cursos. A cidade é vista como organismo onde a indústria tem papel importantíssimo em seu desenvolvimento. O metabolismo exacerba-

do da cidade pode gerar, nas palavras do autor, um “mal-estar”. A desorganização é uma anormalidade no metabolismo social, mas que tende para a reorganização. O autor tem em vista o exemplo de Chicago nos anos 1920, uma cidade que estava crescendo a todo vapor, impulsionada não só pela indústria, mas também pelos transportes.

O método de Burgess segue três princípios básicos: 1) *descrever a expansão urbana em extensão, sucessão e concentração*; 2) *determinar como a expansão perturba o metabolismo quando a desorganização ultrapassa a organização*; 3) *definir a mobilidade e usá-la como medida da expansão e metabolismo, suscetível de quantificação precisa* (BURGESS, 1970, p. 368).

Assim, Burgess divide a cidade de Chicago em cinco círculos concêntricos (ver Figura 1). O primeiro círculo é representado pela área central da cidade; o segundo círculo representa a zona de obsolescência (área cinzenta), marcada em grande medida por atividades ilegais; no terceiro círculo estão os bairros fabris e operários; no quarto círculo temos os subúrbios de residência das elites; e num quinto círculo temos uma zona de “commuters”¹.

Em um momento posterior do texto, o autor estuda de uma forma conservadora e preconceituosa a diferenciação econômica e cultural da cidade, que revelam sua forma e caráter. Aí entra o aspecto da mobilidade (entendida como mudança do movimento), o que chama de “pulso da comunidade”, através do estado de mutabilidade da pessoa (composição de sexo e idade e o grau de desligamento à família ou a outros grupos), do número e espécie de contatos ou estimulações em seu meio (alteração de movimento, aumento de contato e índices de terreno).

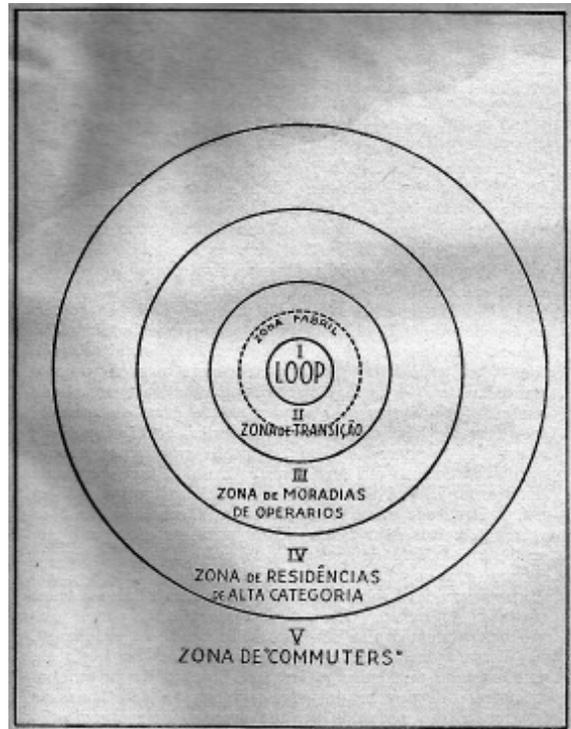


FIGURA 1: CONFIGURAÇÃO DE ZONAS CONCÊNTRICAS DA CIDADE DE CHICAGO

Fonte: BURGESS, 1970, p. 357

Também digno de nota é o trabalho do geógrafo francês Pierre Monbeig, que ministrou cursos de Geografia na USP. Em seu artigo de 1943 intitulado *O estudo geográfico das cidades* – considerado o texto fundador da Geografia Urbana brasileira – Monbeig estabelece os tópicos norteadores para a confecção de um estudo urbano.

Seguindo o mestre francês Vidal de La Blache, Monbeig entende a cidade como resultado do trabalho humano, a posse e a transformação do solo pelo homem através da técnica. A cidade é um conjunto de bairros. Uma boa pesquisa na área urbana deve tratar não só das grandes, mas também das pequenas cidades. Deve fazer uso do conhecimento de outras áreas do conhecimento científico (como a História e a Biologia) e mapear o quadro natural e a massa humana que o transforma. Aqui também a cidade ou o fato urbano é percebido como organismo.

Basicamente seriam três as etapas de uma pesquisa urbana. A primeira etapa é a *análise do quadro natural*, ou seja, onde nasceu e cresceu a cidade. Nesta parte entram os estudos de relevo, geologia, vegetação, clima e da situação (no contexto regional) e do “local urbano” (em relação ao contexto local). A segunda etapa abrange a *evolução do espaço*, ou seja, a formação, a progressão, o ritmo e as circunstâncias da evolução urbana. Neste segmento estão incluídos os estudos de demografia, etnia urbana, mapa de profissões, estudo da “alma” dos bairros (a abordagem dos círculos concêntricos de Burgess é evocada), do *habitat* urbano (perfil das moradias), circulação urbana (conformando regiões), sempre buscando uma narrativa equilibrada entre cientificismo e literatura. A terceira etapa versa sobre a *função urbana*. Dependendo do meio geográfico, a função urbana pode ser comercial, industrial, bancária, espiritual etc. A função urbana tem relação com a política e a economia gerais e abarca também o raio de ação da cidade, sua esfera de influência.

Ainda de base tradicional, porém de forma um pouco mais “crítica” é a visão do geógrafo francês Pierre George e de seu grupo (que inclui B. Kayser, R. Guglielmo e Yves Lacoste). GEORGE (1983) afirma que a cidade estabelece vínculos com seu entorno, seja o campo ou outra(s) cidade(s), formando uma região.

Na relação cidade-campo, a cidade fornece para o campo capitais, produtos industrializados, organiza a vida coletiva rural, difunde técnicas e serviços de nível elevado. A formação da população urbana está ligada a fatores como crises agrícolas, destruição de um artesanato regional pela concorrência dos produtos industrializados, guerras, multiplicação dos meios de transporte e expansão da indústria. Além disso, a cidade capta em grande medida a renda fundiária rural, os produtos agrícolas e os comercializa, recruta mão-de-obra do campo, oferece serviços, distribui produtos comerciais e é a sede do circuito financeiro.

Na relação cidade-cidade, GEORGE (1983) afirma que este tipo de relação configura a rede urbana, que é a “verdadeira armação de cada região”. A cidade cada vez mais se complexifica, passando da simples aldeia-centro até a cidade mundial de hoje. É a chamada hierarquia urbana. Rede urbana implica ligações

funcionais permanentes da cidade com sua região de influência. A rede pressupõe também um centro, uma “cabeça”, onde as decisões são tomadas.

A ABORDAGEM MARXISTA/RADICAL NOS ESTUDOS DE GEOGRAFIA URBANA

A abordagem marxista em Geografia teve início já no final dos anos 1960 nos países anglo-saxões e repercute até hoje. O objetivo principal desta vertente é denunciar as agudas disparidades sociais promovidas pelo capitalismo e propor soluções para mudar esse quadro. Pretende-se lutar contra o positivismo reinante na Geografia Tradicional (e suas descrições) e na Geografia Teorético-Quantitativa (voltada para o planejamento e que exagerava nas técnicas quantitativas em busca de status e reconhecimento acadêmico).

Nesta ótica retoma-se a perspectiva histórica (evolução urbana) com base no materialismo histórico e dialético; há um contexto favorável para os estudos urbanos de cunho marxista, pois “a cidade é o lócus do novo”; há uma politização do discurso científico (assumindo um cunho ideológico) e a valorização dos estudos sobre os conflitos sociais urbanos; nega-se a paisagem enquanto conceito-chave, pois ela é de direita e serve aos interesses do capital (o espaço é ativo e não apenas palco para ação do capital); redefine-se o conceito de estrutura intraurbana e rede urbana, rompendo com as fronteiras disciplinares. Entre o temário da Geografia Urbana Marxista estão a utilização do espaço desigual e os confrontos de interesse; urbanização e as relações de dominação; políticas urbanas; processos de produção do espaço urbano, movimentos sociais urbanos e a questão da moradia. Destacam-se nesta corrente autores como Harvey, Lefébvre, Topalov, Castells e Lojkine (a chamada “frente ampla”).

O sociólogo espanhol CASTELLS (1979) analisa a cidade e o urbano sob uma ótica marxista estruturalista. A cidade seria a projeção da sociedade no espaço numa relação dialética entre sociedade e natureza, entre sociedade e o fruto de seu trabalho. O espaço é

“o produto material em relação com outros elementos materiais, entre eles os homens, que contraem determinadas relações sociais que dão ao espaço (e aos outros elementos da combinação) uma forma, uma função, uma significação social. (...) é a expressão concreta de cada conjunto histórico no qual a sociedade se especifica” (CASTELLS, 1979, p. 141).

O que interessa é saber as *leis estruturais e conjunturais* que interferem no espaço em uma dada realidade histórica. O estudo da *estrutura urbana* deve ser balizado numa teoria voltada para o concreto-real que nos ajudem a entender de-

terminados fenômenos históricos. A organização urbana constitui-se “em um conjunto do processo modelado, distribuído e posto em relação pelas “unidades ecológicas”, ou seja, toda expressão espacial que apresenta uma determinada especificidade em relação ao seu meio-ambiente imediato (residência, fábrica, oficina, etc.)

CASTELLS (1979) critica o “empirismo”, “biologismo” e o “determinismo natural” da Escola de Ecologia Humana de Chicago por entender que ela fornece uma “imagem invertida” da realidade e não coloca com clareza os termos da questão urbana. Além disso, a aplicação de modelos baseados na ecologia para a sociedade não procede, pois não atingem as leis sociais de organização nem a contraditória diferenciação dos grupos sociais. O autor propõe então uma perspectiva baseada no materialismo histórico. Sendo assim, o modo de produção capitalista possui três instâncias: econômica, político-institucional e ideológica.

O sistema econômico abrange a força de trabalho, os meios de produção e o não-trabalho. Entre esses agentes há uma relação de propriedade (apropriação do produto) e uma relação de “apropriação real” (processo técnico de trabalho). A expressão espacial dessa relação é a produção (expressão espacial dos meios de produção), consumo (expressão espacial da força de trabalho) e o intercâmbio/comércio (entre produção e consumo). A gestão compreende os processos de produção, consumo e intercâmbio.

O sistema político-institucional é regido por dois âmbitos de relações: dominação/regulação e integração/repressão. A expressão espacial deste sistema ocorre quando da delimitação do espaço (comunas, aglomerações) e da ação sobre a organização econômica do espaço através da regulação/dominação e da gestão pela instituição.

O sistema ideológico é uma “rede de signos que compõem as formas espaciais cuja eficácia se mede pelos efeitos sobre o conjunto da estrutura social” (CASTELLS, 1979, p. 155).

Para CASTELLS (1979, p. 155) a organização social do espaço é estudada a partir das formas espaciais: “por cada um dos elementos das três instâncias; pela combinação das três instâncias; pela persistência de formas espaciais ecológicas suscitadas por estruturas sociais anteriores; e pela ação diferencial dos indivíduos e dos grupos sociais sobre seu marco”.

O geógrafo britânico David Harvey também é importante neste contexto. Em seu trabalho de 1972 (“Teoria revolucionaria y contrarrevolucionaria em geografía y el problema de la formación del ghetto”) ele coloca que nós geógrafos devemos tomar cuidado com a interferência da indústria e do governo na atividade científica. O planejamento é feito, na verdade, para manter o *status quo*. É interessante para os poderosos manter a escassez dos pobres.

O planejamento que vinha sendo feito até então (e até mesmo hoje ainda o encontramos...) estava divorciado da realidade social. As ciências sociais (como a Geografia) são constantemente questionadas pelas ciências naturais pela

falta de base científica ou de método em suas análises. HARVEY (1972) afirma que, ao contrário, as ciências naturais é que precisam se “socializar” e manter um contato direto com a prática. A Geografia precisa de uma revolução em seu pensamento assim como a realidade precisa de uma revolução.

O autor tece duras críticas aos estudos geográficos de então, onde predominava a análise fatorial, totalmente distanciada da realidade. Afirma que já em Engels (quando analisa a situação da classe trabalhadora na Inglaterra do século XIX) há uma teoria dos círculos concêntricos e que, portanto, Burgess teria se apropriado dela em seus estudos sobre Chicago nos anos 1920. HARVEY (1972) defende que o marxismo e a dialética podem unir o positivismo, o idealismo e a fenomenologia e assim romper com a lógica aristotélica bivalente do verdadeiro e do falso.

Igualmente interessantes são os estudos do economista Paul Singer sobre a dinâmica do trabalho no sistema capitalista. Em seu artigo de 1978 intitulado “O uso do solo urbano na economia capitalista”, Singer fornece subsídios para calcular a renda da terra na economia capitalista.

A cidade é conceituada como “uma imensa concentração de gente que exerce as mais diversas atividades”. A “produção” do espaço urbano está ligada à incorporação de glebas de uso agrícola que são refuncionalizadas para o uso urbano. O uso capitalista do solo urbano se baseia na propriedade privada. Os agentes que atuam nessa procura por espaço são as empresas, indivíduos ou entidades que atendem necessidades de consumo coletivo.

Existem três tipos principais de renda da terra, segundo SINGER (1979): a *renda absoluta*, que é o aluguel simples, o preço da pior terra; a *renda diferencial*, o superlucro do capitalista, que varia diretamente de preço em função das diferentes localizações (uma localização mais bem servida de benfeitorias tem preço maior); e ainda a *renda de monopólio*, que é a exclusividade no fornecimento e que, portanto, estabelece-se um preço alto em função desta vantagem exclusiva. A partir dos diferentes valores da renda da terra e da delimitação de setores urbanos (como os círculos concêntricos), é possível estabelecer um “gradiente” de valores do solo urbano (maior no centro e menor na periferia).

SINGER (1979) aponta um forte embate entre o Estado e os agentes da especulação imobiliária, onde estes últimos pressionam o primeiro por investimentos em certas áreas ou bairros em detrimento de outros. No meio desse conflito estão os pobres, que, segundo o autor, não têm lugar na cidade capitalista. Quando o Estado investe em bairros populares, o preço do aluguel aumenta e pressiona mais ainda os baixos salários fazendo com que haja um deslocamento dos pobres para áreas mais distantes do local de trabalho e com aluguéis mais baratos. Para SINGER (1979), os agentes promotores da especulação imobiliária (e não o Estado) são os maiores responsáveis pelos efeitos negativos dessa desigualdade de acesso ao solo urbano.

Outra referência importante deste período, mais especificamente para o caso brasileiro e dos países periféricos, é a teoria dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos de Milton Santos. Em SANTOS (1979) lemos que há nos referidos países duas realidades distintas e articuladas: a) o *circuito superior*, de produtos modernos, controlados por grandes monopólios internacionais e de circulação nacional e internacional (negócios bancários, comércio de exportação, indústrias, comércio e serviços modernos). Este segmento possui elevado nível tecnológico, recursos para investimento, poucos e qualificados trabalhadores (até estrangeiros), estratégias de venda e propaganda, apoio governamental e articulação interna; b) o *circuito inferior*, das camadas de menor poder aquisitivo, de produtos mais simples, cuja circulação é local/regional. Nesta parte do circuito há contatos face a face entre vendedor e consumidor, reutilização de bens duráveis, empregos numerosos, pouco qualificados e nativos, escassos recursos para investir (na verdade luta para sobreviver no mercado), porém elevado potencial criativo.

ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES RECENTES

A obra do geógrafo brasileiro Roberto Lobato Corrêa é uma referência importante. Ele consegue unir de forma objetiva e coerente pontos de vista das escolas tradicional e marxista/radical de Geografia Urbana. Em seu trabalho “O Espaço Urbano” (1993), Corrêa afirma que o espaço urbano é produzido por diferentes usos da terra e pela sociedade em suas formas espaciais. É fragmentado, articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e também um campo de lutas. Este espaço urbano é produzido pelos proprietários dos meios de produção (grandes proprietários industriais e das grandes empresas comerciais); pelos proprietários fundiários, que querem o valor de troca da terra e não o seu valor de uso; pelos promotores imobiliários, que comercializam ou transformam o capital-mercadoria em capital-dinheiro acrescido de lucros; pelo Estado, que regulamenta o uso do solo e que fornece condições de realização e reprodução da sociedade capitalista, bem como acumulação e reprodução das classes sociais e suas frações; e também pelos grupos sociais excluídos, que são afetados pela especulação imobiliária e pela ação seletiva do Estado.

A ação dos agentes produtores do espaço urbano ocorre através de determinados processos que o autor retrabalha da Escola de Ecologia Humana de Chicago. Tais processos estão comentados nos trabalhos “O Espaço Urbano” (1993) e “Processos Espaciais e a Cidade” (2001). Os processos são: centralização, descentralização, coesão, segregação e inércia.

O primeiro deles (*centralização*) está ligado à formação da área central da cidade, lócus do comércio atacadista, depósitos, escritórios, indústrias etc. que se localizam junto aos terminais de transporte, diminuindo os custos de operação. Formam-se, então, as chamadas “economias de aglomeração” ou “externalidades”. Além disso, a área central é onde são tomadas as decisões (seria, nas palavras do autor, um “ponto focal da gestão do território”).

O segundo processo (*descentralização*) ocorre em função dos núcleos secundários que se formam em torno da área central em um momento posterior. As amenidades que outrora reuniam diferentes agentes na área central (como facilidade de transportes, disponibilidade de espaço, preço da terra) agora ficam mais raras ou deixam de existir. Na fase do capitalismo comercial havia a centralização espacial e a dispersão de capitais; já no capitalismo monopolista de hoje há uma inversão, ou seja, centralização do capital e dispersão/descentralização espacial.

O processo de *coesão* diz respeito às áreas especializadas, às economias externas de aglomeração, que tanto podem ocorrer junto ao processo de centralização ou de descentralização. Seria a criação de um monopólio espacial, como numa rua especializada no comércio de determinado produto ou serviço. Haveria uma certa complementaridade entre as lojas.

O processo de *segregação* ocorre em decorrência da complexificação e divisão social do espaço, promovidos sobretudo pelas políticas seletivas do Estado e pela auto-segregação da classe dominante nos chamados condomínios exclusivos. A dinâmica da segregação é própria do capitalismo onde há uma maior mobilidade sócio-espacial. Este processo gera determinado padrão espacial. CORRÊA (1993) destaca três modelos clássicos de segregação residencial: o esquema do geógrafo alemão Kohl (1841) que caracteriza a cidade pré-industrial (com as camadas de mais alto status social habitando a área central e as camadas de mais baixo status social habitando as periferias longínquas); o esquema de Burgess de 1920 – comentado anteriormente – que inverte a tendência de Kohl, ou seja, as classes pobres habitam o centro e as classes dominantes habitam as periferias ou subúrbios de maior amenidade; e o esquema do economista norte-americano Hoyt (1939) que mostra a auto-segregação da classe alta em bairros de maior amenidade.

O processo de *inércia* relaciona-se à formação das áreas cristalizadas que preservam a forma e o conteúdo, pelas seguintes razões apontadas por CORRÊA (1993): a) *relocalização poderia implicar custos*; b) *fatores de permanência, como a presença de economias de aglomeração*; c) *inexistência de conflitos*; d) *força de sentimentos e simbolismo*.

Falar em espaço urbano significa também falar em rede urbana, uma vez que as cidades não estão desconectadas do seu entorno. Em “A Rede Urbana”

(1989), Corrêa afirma que a divisão territorial do trabalho, os fixos e os fluxos, são os pressupostos da rede urbana. Esta seria “um conjunto de centros funcionalmente articulados em países desenvolvidos e subdesenvolvidos; ela reforça e reflete as características sócio-econômicas do território; é uma dimensão sócio-espacial da sociedade; uma forma espacial através da qual as funções urbanas se realizam”.

A rede urbana, para CORRÊA (1989), é reflexo e condição para a divisão territorial do trabalho: reflete a hierarquia urbana das localidades centrais e é condição para as funções articuladas de cidades. Do mesmo modo, a rede urbana é a forma sócio-espacial de realização do ciclo de exploração da grande cidade sobre o campo e os centros menores. A região influenciada pela grande cidade fornece para esta mão-de-obra, produtos comercializáveis e a sua renda fundiária, enquanto que a grande cidade fornece para sua região investimentos, bens e serviços sofisticados e valores e idéias. A rede urbana pode ser *dendrítica*, uma forma simples de herança colonial (como as cidades portuárias brasileiras), onde a “cidade primaz” exerce influência em numerosos pequenos centros; ou *complexa*, com a presença de uma core-área e uma *hinterlândia* e vários atores e lógicas racionais no território.

Recentemente um grupo de geógrafos da Universidade da Califórnia vem trabalhando com um enfoque informacional e regional nos estudos urbanos. São eles: Michael Storper, Allen J. Scott, John Agnew e Edward W. Soja. Scott *et al* (1999) discutem o que chamam de “cidades-regiões globais”, “nós” espaciais essenciais na economia mundial e atores políticos específicos na cena internacional (p. 11). Tal conceito foi inspirado nas proposições da “cidade mundial” de Friedmann e “cidade global” de Saskia Sassen. As cidades-regiões globais criam um ambiente de eficiência do sistema econômico e intensificam a criatividade, aprendizagem e a inovação.

Estes autores apontam os elementos responsáveis para esse novo regionalismo no contexto global (p. 12-13): 1) quantidades enormes e sempre crescentes de atividade econômica organizados em redes transnacionais extensivas e arranjos financeiros e econômicos internacionais; 2) proliferação nas últimas décadas de blocos multinacionais como União Européia, NAFTA, MERCOSUL, ASEAN, APEC, CARICOM e outros; 3) o papel dos Estados soberanos e economias nacionais continua relevante, embora esteja sofrendo alterações (influências simultaneamente supranacionais e locais/regionais); 4) ressurgimento de formas de organização econômica e política de cunho regional cuja maior expressão são as cidades-regiões globais.

Storper (1999) defende que no atual “capitalismo de aprendizagem” (pós-1970) há três componentes da “santíssima trindade” da economia regional: a tecnologia, as organizações e os territórios. A tecnologia é marcada pela diversificação e flexibilidade, processos não-hierárquicos e trabalhos em rede. As organizações são as empresas e os sistemas de produção não verticais. Os territórios são os

complexos, as economias externas de escala, as vantagens relacionais regionalmente específicas. Os territórios e as regiões são os espaços de ação pragmática básicos do capitalismo (STORPER, 1999, p. 57).

Segundo Storper (1999, p. 32), o capitalismo contemporâneo (pós-1970) é marcado pela reflexividade, ou seja, revolução na produção, informação e tecnologias de comunicação que permitem uma maior expansão das empresas. Da mesma forma tem ocorrido uma extensão espacial e aprofundamento social da lógica das relações de mercado. As tecnologias criam formas assimétricas de trabalho. As organizações fortalecem as relações e contatos pessoais, pois a reputação é a base da relação. Constituem-se os chamados “mundos regionais de produção e inovação” (p. 60-61).

Outro geógrafo que trabalha nesta perspectiva é Pierre Veltz. Em VELTZ (1999) há um questionamento das noções de centro-periferia, dicotomia cidade-campo e continuidade em favor das relações em rede. A questão que o autor propõe é a seguinte: “Como descrever e compreender um mundo espacial onde a principal propriedade do espaço – a resistência física à mudança e o alto preço a pagar desde muito tempo para reduzir esta resistência – desaparece lentamente, mas de forma constante?” (p. 54). A resposta perpassa a constatação de que o enfoque somente na distância é prejudicial se não consideramos também (e sobretudo) a coordenação e a relação em rede entre os atores. É o que o autor chama de “desaparição progressiva e rápida do mundo ‘bem organizado’ pela proximidade e distância geométrica” (p. 58).

Assim, VELTZ (1999, p. 60) estabelece uma diferenciação entre “território-zona” e “território-rede”. As cidades passam a estar conectadas em territórios descontínuos, formando uma “economia de arquipélago”. Nas palavras do autor: “A imagem de um ‘território de redes’ – território por sua vez descontínuo e segmentado, pois as redes são múltiplas, se superpõem e se emaranham – contrasta com o viés do ‘território de zonas’. Estes aparecem como nós das redes, sobretudo como centros de direção das zonas” (VELTZ, 1999, p. 60).

À GUIA DE CONCLUSÃO

Este artigo teve por objetivo central contribuir para o debate teórico da Geografia Urbana através de uma revisão bibliográfica pertinente ao tema. É importante destacar que uma abordagem não supera a outra e sim valoriza mais um aspecto do que outro. Na Geografia Urbana Tradicional valorizava-se primordialmente a descrição do fato urbano através da paisagem e sua função urbana. A Geografia Urbana de cunho marxista ressaltava a produção social do espaço por diferentes agentes e os conflitos resultantes, sobretudo para a classe pobre. As

abordagens recentes revelam uma mistura de influências da Geografia Tradicional e da Geografia Marxista e concede ênfase à escala local/regional em um contexto de difusão de tecnologias da informação.

NOTA

¹ Trabalhadores pendulares que migram diariamente da residência para o local de trabalho. Na definição de BURGESS (1970, p. 356): “Mais longe, além dos limites políticos da cidade, acha-se a zona de *commuters* – áreas suburbanas ou cidades satélites onde residem os *commuters*, que cada dia útil vão ao centro de manhã para trabalhar e voltam à noite – dentro de trinta ou sessenta minutos de viagem da zona central de comércio”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BURGESS, Ernest W. O crescimento da cidade: introdução a um projeto de pesquisa. In: PIERSON, Donald. **Estudos de Ecologia Humana**. São Paulo: Martins Fontes, 1970. p. 353-368.

CASTELLS, Manuel. El debate sobre la teoría del espacio. In: **La cuestión urbana**. 6 ed. Madrid: Siglo Veintiuno, 1979. p. 141-157.

CORRÊA, Roberto Lobato. Processos espaciais e a cidade. In: **Trajetórias Geográficas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 121-143.

_____. **O espaço urbano**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1993.

_____. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

GEORGE, Pierre. **Geografia Urbana**. São Paulo: Difel, 1983.

HARVEY, David. Teoría revolucionaria y contrarrevolucionaria en geografía y el problema de la formación del ghetto. **Geocrítica**, v. 4, nº 2, p. 1-21, julho de 1972.

MONBEIG, Pierre. O estudo geográfico das cidades. IBGE. **Boletim Geográfico**, ano 1, nº 7, p. 7-29, outubro de 1943.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SCOTT, Allen J.; AGNEW, John; SOJA, Edward W. & STORPER, Michael. **Global City-Regions. Trends and Prospects Policies for Wealth and Well-Being**. October, 1999. School of Public and Social Research, University of Califórnia, Los Angeles (EUA). p. 11-25.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, Erminia. (Org.) **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Omega, 1979. p. 21-36.

STORPER, Michael. Las economías regionales como activos relacionales. In: **Cader-
nos IPPUR**, Rio de Janeiro, ano XIII, nº 2, 1999, p. 29-68.

VELTZ, Pierre. Zonas, polos, redes: la economía de archipiélago. In: **Mundialización,
Ciudades y Territorios** – la economía de archipiélago. Barcelona: Ariel, 1999. p.
53-65.